

O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais

1. Introdução

A instituição *museu* — «Templo das Musas» — tem já uma longa história, pois remonta à Antiguidade Clássica. Todavia, foi no século XVIII, com a criação de alguns museus públicos que viriam a tornar-se famosos¹, que a realidade museológica entrou numa nova era.

A partir de então, numerosos museus têm vindo a ser criados, não só nos domínios tradicionais — arte, arqueologia e história — como em muitos outros, desde a ciência e a tecnologia à etnografia e à antropologia, passando por um sem número de temáticas relacionadas com as mais diversas actividades humanas.

Foi, porém, nas últimas décadas que se verificou uma verdadeira explosão no âmbito da museologia, também já apelidada de «museomania». Assim, de cerca de 12 000 museus existentes no mundo em 1975 — cerca de metade dos quais nos Estados Unidos² — passou-se a aproximadamente 30 000, na actualidade. Por sua vez, também em Portugal se tem assistido, ultimamente, à criação de

¹ Entre os museus fundados no século XVIII, que mais se destacaram, contam-se: o *British Museum* (1753), na Grã-Bretanha, o primeiro museu público, aberto nos Estados Unidos da América do Norte, em Charlston (1773) e o Museu do Louvre (1793), em Paris (HANS L. ZETTERBERG, *Museums and adult education*, Nova Iorque, Augustus M. Kelley, Publishers/International Council of Museums, 1969, p. 64).

² MARIA DA CONCEIÇÃO PIRES COELHO, «Da origem dos museus, do seu conteúdo, arquitectura e livre acesso», *Brotéria*, vol. 142, 3, 1996, p. 369.

um número considerável de museus. Embora os dados disponíveis nem sempre coincidam, é muito provável que, adoptando os critérios preconizados pelo ICOM (International Council of Museums) — trata-se de um conceito lato de museu, abrangendo, por exemplo, jardins zoológicos, botânicos e aquários —, se possam contar, presentemente no país, à volta de 500 unidades museológicas³.

Estamos, pois, numa fase em que se atribui ao museu uma relevância cada vez maior, tendência que, muito provavelmente, se manterá nas próximas décadas. Para isso, têm contribuído fundamentalmente dois factores: por um lado, o reforço da importância atribuída ao papel educativo dos museus; por outro, a crescente pressão, sobre os museus, para que eles justifiquem a sua própria existência e, bem assim, os vultosos investimentos neles efectuados⁴.

Este panorama, a que sucintamente se acaba de aludir, induz a repensar não só as finalidades do museu, como também as de todas as suas potencialidades, as quais, por motivos diversos, ainda não se encontram devidamente exploradas. Assim, na ciência como na cultura, na investigação como na divulgação do saber, na promoção do desenvolvimento como no turismo cultural e na valorização do próprio lazer — para não falar, obviamente, na educação, que aqui nos interessa de modo especial —, muito há a esperar dos museus ou, por outras palavras, muito há a fazer com e por meio das instituições museológicas. A propósito, recorde-se a afirmação feita já em 1888, por George Brown Good (do U. S. National Museum), considerado um dos «profetas» da museologia: «o que conta não é o que um museu tem, mas o que pode fazer com aquilo que tem»⁵.

³ Atente-se, por exemplo, nos seguintes números: ANTÓNIO JOSÉ C. MAIA NABAIS menciona a existência de 216 museus, em 1988, e 260, em 1993 («Museus na actualidade», *Iniciação à Museologia*, coord. de MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 66). No entanto, pouco tempo depois admitia-se — embora provavelmente com algum exagero — que o número de museus pudesse atingir os 750 (PER UNO AGREN, «Museus, educação e política cultural», *I Encontro sobre museologia e educação. Novembro 1995*, Câmara Municipal de Setúbal/Museus Municipais, 1995, p. 23, mimeog.).

⁴ GEORGE E. HEIN, *Learning in the Museum*, Londres-Nova York, Routledge, 1998, p. 3.

⁵ H. L. ZETTERBERG, *op. cit.*, p. 64.

2. Museu e educação: evolução histórica

Desde as suas origens que são atribuídas aos museus — pelo menos de forma implícita — diversas funções. Aliás estas, que poucas alterações têm sofrido ao longo dos tempos, deduzem-se da própria definição de museu, adoptada pelo ICOM e geralmente aceite. Segundo aquela, «o museu é uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe para fins de estudo, educação e deleite, testemunhos materiais do homem e do seu ambiente»⁶.

Como se infere da definição citada, as múltiplas funções de um museu podem agrupar-se do seguinte modo: a) reunião/aquisição de colecções ou objectos do âmbito do património cultural e da própria cultura material⁷; b) sua salvaguarda e conservação, com o intuito de minorar os inevitáveis efeitos de deterioração causados pelo tempo, inclusive por meio da conservação preventiva; c) divulgação e exibição do respectivo património; d) educar e recrear, através das exposições e de outras actividades desenvolvidas. Porém, acrescenta-se que, se ao nível dos diversos tipos de finalidades se têm verificado poucas ou nenhuma alteração, já o mesmo não se poderá dizer acerca da tónica colocada em cada uma delas, nem tão-pouco do modo como se tem procurado alcançar os objectivos enunciados. Aliás, como facilmente se compreende, as perspectivas acerca dos museus estão intimamente relacionadas com as opiniões, as mentalidades, a ideologia, ou seja, com a própria concepção que, em determinada época, se tem do homem e da sociedade.

Numa primeira fase, a necessidade de coleccionar objectos e de os salvaguardar para o futuro ter-se-á sobreposto às restantes

⁶ ÁNGELA GARCIA BLANCO, *Didáctica del museo. El descubrimiento de los objetos*, Madrid, Ediciones de la Torre, 1988, p. 35 (Nesta como nas restantes transcrições, a partir de textos em língua estrangeira, a tradução é da minha responsabilidade). A definição transcrita foi adoptada pelo ICOM na sua 11.^a Assembleia Geral, realizada em Copenhaga, em 1974 (AHMET AYKAÇ, «Éléments d'une analyse économique des musées», *Museum*, n.º 126 (1989, n.º 2), p. 84. Acerca do conceito de museu, das respectivas funções e das mudanças que têm vindo a operar-se, ver KENNETH HUDSON, *Museums for the 1980s. A survey of world trends*, Paris, UNESCO/Macmillan Press, 1977, pp. 1-18.

⁷ Ver RICHARD BUCAILLE e JEAN-MARIE PEREZ, «Cultura material», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 16: *Homo – Domesticação. Cultura material*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 11-47.

funções museológicas. Essa necessidade contribuiu decisivamente para o próprio nascimento do museu. A propósito, afirma Luis Alonso Fernandez: «A história e a evolução do museu estão intimamente ligadas à própria história humana. Especialmente a necessidade que o homem de todos os tempos, culturas e lugares tem sentido de coleccionar os mais diversos objectos e de os preservar para o futuro. Esta constante produziu, após mil anos de gestação, o nascimento do museu, que explica sectores importantes dessa evolução humana em múltiplas facetas do seu desenvolvimento cultural, técnico e científico. Uma instituição que completa o processo histórico geral da humanidade, fornecendo-lhe elementos diferentes dos expressos pela história escrita»⁸.

Note-se, todavia, que enquanto na Europa diversos museus se fundaram e desenvolveram a partir de colecções particulares, nos Estados Unidos foram criados diversos museus públicos, antes daquelas se terem constituído⁹. Entretanto, nos finais do séc. XVIII e ao longo do século XIX, à medida que novos museus se foram criando, também novas colecções foram sendo incorporadas, muitas das quais compostas por objectos e materiais exóticos, remetidos para a Europa pelas administrações coloniais. Através dos museus, os Estados procuravam manifestar o seu poder — estava-se num período de recrudescimento dos nacionalismos —, ao mesmo tempo que o reforço do conceito de Estado-nação levava a atribuir aos governos o dever de assegurar a educação e o bem-estar dos cidadãos. Pelo menos teoricamente, defendia-se a ideia de que a educação, outrora apenas acessível a um grupo restrito de pessoas — às elites, tradicionalmente privilegiadas —, se devia tornar acessível a toda a gente. Tratava-se, afinal, de concretizar a filosofia educativa herdada do iluminismo, muito em voga no século XVIII¹⁰.

O intuito de «democratizar» a educação, como hoje diríamos, através dos museus — alargando o respectivo público-alvo, de uma elite restrita a sectores mais vastos da população — está patente na natureza e nos objectivos dos museus criados. Por exemplo, a museologia científica setecentista portuguesa, não obstante o ambiente iluminista da época, ainda se circunscrevia fundamentalmente a grupos restritos, no âmbito da Universidade ou da Corte. A propó-

⁸ LUIS ALONSO FERNANDEZ, *Museologia. Introduccion a la teoria y práctica del museo*, Madrid, Ed. Istmo, 1993, p. 47.

⁹ K. HUDSON, *op. cit.*, p. 8.

¹⁰ G. H. HEIN, *op. cit.*, pp. 3-4.

sito, Henrique Coutinho Gouveia, reportando-se ao Real Museu da Ajuda, ao Museu Nacional, criado pela Academia Real das Ciências (ambos em Lisboa) e ao Museu da Universidade (em Coimbra), sublinha: «Importante será sublinhar que são todos museus científicos, orientados para o domínio da história natural, subdividida nos seus três ramos constiuíntes — mineralogia, botânica e zoologia — e cujos objectivos são os de contribuir para a investigação e ensino dessa ciência e para análise e promoção das suas aplicações práticas»¹¹.

Durante o século passado, factores como, por um lado, as revoluções liberais e, por outro, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, acompanhado pelos progressos da industrialização, lançaram novos desafios às instituições museológicas. Para dar resposta a essas necessidades, entretanto criadas — não só em termos de formação de recursos humanos mas também com vista à promoção e divulgação de produtos e serviços —, aos tradicionais museus de Belas-Artes, história e arqueologia outros se acrescentam: da ciência e da técnica, da indústria e, posteriormente, do trabalho, entre muitos outros.

Enquadra-se neste contexto a criação, em 1883, do «Museu Industrial e Comercial de Lisboa» e do «Museu Industrial e Comercial do Porto». Estes tinham «por fim principal adquirir e expor ao público colecções de produtos e matérias-primas, acompanhadas de esclarecimentos suficientes por onde se conheça a sua origem, nome do fabricante ou comerciante, preço no local da produção, despesas de transporte, mercados de consumo e todas as informações que possam dar uma ideia prática suficientemente nítida do seu valor e da sua aplicação»¹². Uma nova concepção do papel

¹¹ HENRIQUE COUTINHO GOUVEIA, «A evolução dos museus nacionais portugueses. Tentativa de caracterização», *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, vol. II (coord. de MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993, p. 178. Ver também PAULO OLIVEIRA RAMOS, «Breve história do Museu em Portugal», BEATRIZ ROCHA-TRINDADE (coord.), *Introdução à Museologia*, Lisboa Universidade Aberta, 1993, pp. 21-28; MADALENA BRAZ TEIXEIRA, «Os primeiros museus criados em Portugal», *Biblioteca, Arquivos e Museus*, vol. 1, n.º 1, 1985, pp. 185-239.

¹² Decreto-Lei de 24 de Dezembro de 1883, *Collecção official da Legislação Portuguesa. Anno de 1883*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 399. Ver também: JOAQUIM FERREIRA GOMES, *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX*, Coimbra, Museu Nacional da Ciência e da Técnica, 1979. Sep. das *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, 1979; FRANCISCO DE ALMEIDA E SOUSA, «O Porto já teve o seu Museu Industrial e Comercial», *O Tripeiro*, 7.ª série, ano XII/n.º 2, Fevereiro 1993, pp. 34-38.

a desempenhar pelos museus — ou, pelo menos, por certos tipos de museus, mais ligados às técnicas e às actividades produtivas — encontrava-se bem presente no espírito de alguns dos maiores espíritos da época, entre os quais se contavam António Augusto de Aguiar, ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1883-1886) e Oliveira Martins. O conhecimento que ambos tinham da realidade industrial portuguesa e das suas carências — adquirido, inclusive, através do trabalho que desenvolveram na elaboração do famoso *Inquérito Industrial de 1881* — contribuiu para que tivessem sido eles os verdadeiros criadores dos museus industriais e comerciais¹³.

O novo contexto museológico beneficiou com o extraordinário êxito alcançado pelas exposições, a partir da Grande Exposição Universal de Londres de 1851, a qual também estimulou a organização de certames nacionais, regionais e locais¹⁴. Além do modelo que aquelas passaram a constituir — como inovadores fenómenos de massas —, por vezes as próprias colecções, nelas expostas, vieram a ser incorporadas em museus¹⁵. Alguns destes acabaram, inclusive, por se instalar em estruturas inicialmente edificadas e utilizadas pelas já apelidadas «festas da civilização»¹⁶.

Também sensivelmente pela mesma altura — últimas décadas de Oitocentos —, começa a ganhar vulto a ideia de se criarem museus de menores dimensões, de carácter regional, quer para a preservação do património, quer do próprio saber-fazer, nomeada-

¹³ Ver JOSÉ M. AMADO MENDES, «A industrialização no pensamento económico em Portugal nos anos 1880», JOSÉ LUÍS CARDOSO e ANTÓNIO ALMODOVAR (coord.), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, 1992, p. 329; «Oliveira Martins e a indústria», *Estudos Aveirenses*, n.º 4, 1995, pp. 25-40.

¹⁴ JOSÉ M. AMADO MENDES, «Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX», *O Instituto*, vol. CXXXIX, 1979, pp. 35-55; *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, Porto, 1884 (reed. pela MURALHA, Guimarães, 1991). Recorde-se, por exemplo, que na sequência da Exposição de Londres, de 1851, nasceu o Museu de «South Kensington», posteriormente «Victoria and Albert Museum» (ANGELO CERIZZA e MARIA LUGIA PAGLIANI, *Musei, testi e contesti. Brevi note sulla comunicazione nel museo*, Nardini Editore, 1997, p. 25).

¹⁵ HENRIQUE COUTINHO GOUVEIA, *Museus de Coimbra. Da I Exposição Distrital à organização do Museu Machado de Castro*, Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1980.

¹⁶ JOSÉ M. AMADO MENDES, «As Exposições como “Festas da Civilização”: Portugal nas Exposições Internacionais (sécs. XIX-XX)», *Gestão e Desenvolvimento*, 7, 1998, pp. 249-273; «Exposições Universais na Europa (1851-1900): dinâmica de uma cultura científica e material», *Munda*, 25, 1993, pp. 5-15.

mente de actividades do foro das artes mecânicas, em vias de desaparecimento com a ofensiva da industrialização¹⁷.

Do exposto se pode deduzir que a museologia — ao longo de Oitocentos — regista as seguintes tendências: criação de um número razoável de novos museus, inclusive de escala média ou pequena; diversificação dos tipos de museu, alguns dos quais passam a contemplar novos géneros do património cultural (relacionado com as actividades económicas e com o desenvolvimento tecnológico); o museu começa a ser visto como um excelente complemento da escola, em especial no que concerne ao ensino técnico-profissional (várias das escolas técnicas tinham anexo o respectivo museu); além disso, o museu volta-se progressivamente para a educação do grande público.

Eilean Hooper-Greenhill, na sua conhecida obra intitulada *Museum and Gallery Education*, afirma expressamente: «o potencial educativo era a força motriz que impulsionava a fundação de muitos museus, particularmente na Grã-Bretanha, o «Victoria and Albert Museum». O V&A começou por ser cumulativamente museu e escola, tendo a escola de arte e o museu, nos primeiros tempos, ocupado os mesmos edifícios. Muito era feito para tornar as visitas do público, em geral, simultaneamente úteis e agradáveis e, talvez ainda de forma mais significativa, aquele era, por norma, bem recebido. Nessa altura, os museus eram, sem dúvida, instituições para a educação do público. Algumas instituições desempenharam esta função melhor do que outras, mas um consenso geral colocava a tónica nesta, como função principal»¹⁸.

Resta acrescentar que, se o museu teve, por vezes, na escola uma aliada — o que era evidente no ensino técnico, como já vimos —, não é menos verdade que o progressivo reforço do sistema

¹⁷ ROCHA PEIXOTO, «Museus regionais», *Revista de Portugal*, vol. III, n.º 14, Porto, Novembro de 1890, pp. 184-194 (também reimpresso em ROCHA PEIXOTO, *Obras*, vol. II: *Museu Municipal do Porto. Ensino. Política. Ensaios diversos*, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1972, pp. 241-249); ANTÓNIO JOSÉ C. NABAIS, «Museus de região», MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE (coord.), *Iniciação à museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 157-266; JORGE DIAS, *Museu nacional e museus regionais de Etnografia*, «Cadernos de Etnografia», 1964; HENRIQUE COUTINHO GOUVEIA, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo», *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. 1, n.º 1, Janeiro/Junho 1995, pp. 147-184.

¹⁸ EILEAN HOOPER-GREENHILL, *Museum and Gallery Education*, reimp., Londres-Washington, Leicester University Press, 1998, p. 187.

de ensino público e da sua principal componente, a escola, fazia desta um certo rival do museu. Ao assunto se refere George E. Hein, nos seguintes termos: «Pelo final do século XIX, o grande impulso dado ao sistema de escolaridade para todos incluía o modo de matrícula, bem como a avaliação das escolas e dos respectivos sistemas. Os museus, ainda que fossem igualmente instituições públicas na maior parte dos países, não estabeleceram formas semelhantes de exercerem impacto nos seus clientes. Admitia-se que as pessoas deviam aprender, ser instruídas e terem prazer nas suas visitas aos museus, mas não se efectuaram estudos acerca das experiências dos visitantes»¹⁹.

Entretanto, algumas vozes já se faziam ouvir, chamando a atenção para as potencialidades pedagógicas dos museus. Por exemplo, em *O Archeologo Português* (1897) pode ler-se: «É também necessário obrigar as escolas oficiais, de toda a qualidade de ensino, a mandarem os seus alunos aos museus, para aí procurarem o devido ensinamento que, muitas vezes, vale por uma dúzia de preleções; na Escola do Exército, por exemplo, sabemos que se gastavam alguns dias lectivos com explicações de armas antigas, e não se fazia uma só visita ao Museu Militar, onde isso tudo se aprenderia melhor por uma só vez». Mas, como também se reconhecia, para que os museus desempenhassem um papel pedagógico, era necessário que dispusessem de «empregados competentes, para darem qualquer elucidação aos visitantes»²⁰.

Os museus ao verem-se, de certo modo, «ameaçados», na sua função educativa, pelas instituições de ensino formal — ou seja, as escolas —, passaram a voltar-se, novamente, mais para si próprios, privilegiando as colecções, seu estudo e preservação. Esta tendência, que também se verificou noutros países, já se detecta em 1911, num diploma legislativo da novel I República, de 26 de Maio do referido ano. Com efeito, apesar da abertura dos governantes republicanos aos fenómenos educativos e das importantes medidas tomadas, nesse domínio, ao longo de dezasseis anos (1910-26), a reorganização na altura levada a cabo, no âmbito da museologia e da museografia, visou preferentemente o património e a sua salvaguarda. A própria composição do quadro de pessoal do Museu de Arte

¹⁹ G. H. HEIN, *op. cit.*, pp. 4-5.

²⁰ Y., «Museus», *O Século*, de 25 de Novembro de 1897, *apud O Archeologo Português*, vol. III, 1897, p. 280 (como em casos análogos, actualizou-se a ortografia).

Antiga, então definida, denota a preferência referida: «um director, três conservadores, um secretário, um chefe do pessoal menor, um porteiro, cinco guardas efectivos, nove guardas auxiliares e um jardineiro»²¹.

Nas primeiras décadas do século XX é a actividade de *conservação* que mais se desenvolve nas instituições museológicas, ao mesmo tempo que a profissão de *conservador* se consolida e passa a concentrar as funções mais relevantes, dentro daquelas. A situação nos museus portugueses não andaria muito longe do que então se passava noutros países, como na Grã-Bretanha, sobre cuja realidade museológica já se afirmou: «A óbvia natureza dos museus voltados para a educação foi-se perdendo, à medida que os conservadores lutavam para estabelecer museus como lugares nos quais objectos importantes eram reunidos e conservados. O desenvolvimento das práticas de conservação significou que o trabalho educativo passou para segundo plano. O museu preferiu tomar posição ao lado das universidades, como instituição de pesquisa, mais do que ao lado das escolas, como local de educação»²².

Contudo, pelo menos no domínio dos princípios, a questão pedagógica continua presente, por vezes até de forma bastante explícita. Era o que se verificava, entre outros, no caso do Museu Machado de Castro, criado em Coimbra (1911) e «organizado principalmente no intuito de oferecer ao estudo público colecções e exemplares da evolução da história do trabalho nacional; e que será ampliado com uma secção de artefactos modernos, destinada à *educação do gosto público e à aprendizagem das classes operárias*»²³.

Nos anos 1930, os museus passam a estar divididos em três grupos: nacionais, regionais e municipais, além de «tesouros de arte sacra e outras mais colecções oferecendo valor artístico, histórico ou arqueológico» A legislação então publicada (designadamente o Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932) contempla essencialmente os aspectos administrativos da gestão dos museus e o seu controle pelo governo. Era este que nomeava os directores e os conservadores dos museus. Ao Museu Nacional de Arte Antiga era

²¹ «Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos», Decreto-Lei de 26 de Maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 124, de 29 de Maio de 1911, p. 2246 (itálico meu).

²² E. HOOPER-GREENHILL, *op. cit.*, p. 188.

²³ Cf. *supra*, nota 21 (sublinhado meu). Ver também H. COUTINHO GOUVEIA, *Museus de Coimbra...*, pp. 26-27.

atribuído um papel importante a nível da formação de quadros, dado que a nomeação dos directores dos museus regionais e dos conservadores era precedida de um tirocínio de três anos, no referido museu²⁴.

Esta espécie de tutela, do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), sobre outros museus teve também, obviamente, resultados positivos. É que, graças à destacada acção de João Couto (1892-1968) — primeiro como conservador e, posteriormente, como director do MNAA — foi ali criado e desenvolvido, a partir dos inícios dos anos 1930, o «Serviço de Extensão Educativa». Tratou-se de uma medida pioneira, em Portugal, que viria a ter repercussões noutras museus do país, promovendo e incentivando a colaboração destes com as escolas²⁵.

Verifica-se, assim, que paralelamente à relevância então dada à conservação e estudo das colecções, voltava a equacionar-se o potencial educativo dos museus, embora de forma limitada. Com efeito, mais do que a população, em geral, procurava atingir-se preferencialmente, como público-alvo, o *grupo escolar* e, dentro deste, os mais novos, *crianças e adolescentes*.

Numa obra, também pioneira, de Alma S. Wittlin — *The Museum. Its history and its tasks in education* —, publicada em 1949, fazia-se o seguinte balanço, das actividades educativas organizadas, por alguns museus, para crianças: «Os serviços especiais para crianças são ainda uma excepção mais do que uma regra em museus europeus, mas mesmo onde existem, na forma de galerias para crianças, lições ou empréstimos às escolas, eles geralmente complementam o ensino da sala de aula mais do que utilizam as potencialidades do visual ou do táctil»²⁶. Tratava-se, pois, «da educação museológica para crianças, como suplemento das escolas»²⁷. Como veremos seguidamente, experiências posteriores, acompanhadas de estudos e reflexões várias, procuraram superar algumas das limitações referenciadas.

²⁴ JOÃO COUTO, «Extensão escolar dos museus», *Museu*, 2.ª série, n.º 2, Maio de 1961, pp. 47-52.

²⁵ MARIA MADALENA GAGEAN FORMIGAL CARDOSO DA COSTA, *Museus e Educação – Contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*, Coimbra, 1996, pp. 67-122 (Diss. de Mestrado, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, mimeog.).

²⁶ ALMA S. WITTLIN, *The Museum. Its history and its tasks in education*, Londres, Routledge e Kegan Paul, 1949, pp. 212-213.

²⁷ E. HOOPER-GREENHILL, *op. cit.*, p. 188.

3. Reforço da componente educativa dos museus nas últimas décadas

A partir de meados do nosso século e, de forma mais nítida, desde os anos 1960-70, diversas tendências têm vindo a verificar-se. De entre elas merecem destaque: a) uma enorme diversificação de tipos de museus, com algumas soluções bastante inovadoras, no âmbito da chamada nova museologia (ecomuseus, museus dinâmicos, centros de ciência, exploratórios, centros de interpretação, etc.); b) a valorização do *continente*, isto é das estruturas, dos edifícios, e não apenas do *conteúdo* (coleções ou objectos). Entre muitos outros, o Museu Guggenheim, de Bilbao e o Museu de Arte Contemporânea, de Niterói (Rio de Janeiro - Brasil) são exemplos conhecidos; c) o desenvolvimento de métodos e técnicas de conservação, designadamente no âmbito da conservação preventiva, com o recurso a especialistas em vários domínios científicos, inclusive das ciências experimentais²⁸; d) uma atenção redobrada ao museu como «espaço de comunicação»²⁹, por um lado, e como instituição educativa, por outro.

Do ponto de vista funcional, a actividade e a própria profissão do *conservador de museu* tem continuado a revelar-se essencial, para o bom desempenho das finalidades cometidas às instituições museológicas. A propósito, chegou a afirmar-se: Sir Henry Miers, cuja excepcional autoridade na matéria é sobejamente conhecida, escreveu que, «dirigida por um bom conservador, um museu, quaisquer que sejam as suas deficiências, não pode ser mau; mas se o conservador for mau, todas as vantagens possíveis não serão suficientes para fazer um museu suficientemente bom»³⁰.

Ao tempo ainda se encontrava muito em voga a ideia, segundo a qual competia ao conservador de museu exercer as múltiplas funções atribuídas aos museus. Daí a atenção dedicada aos cursos

²⁸ Vários dos aspectos referidos foram focados pelo Eng.º Luís ELIAS CASANOVAS, no âmbito do Mestrado em Museologia e Património Cultural, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2 de Fevereiro e 23 de Março de 1999). Ver também, entre outros trabalhos, o de FERNANDO M. A. HENRIQUES, «Conservação do património histórico edificado», *Ingenium*, Fevereiro de 1991, pp. 39-54.

²⁹ Sobre o assunto ver a interessante obra de FRANCISCA HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *El museo como espacio de comunicación*, Gijón (Asturias), Ed. Trea, 1998.

³⁰ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 46 758, de 18 de Dezembro de 1965 (*Colecção oficial de legislação portuguesa. 1965 (2.º semestre)*), Lisboa, Imprensa Nacional, 1970, p. 694.

destinados à sua formação (décadas de 1960-80) e ao reforço do respectivo quadro, através da figura do «conservador ajudante»³¹. Aliás, a noção da actividade do conservador de museu como fulcral e plurivalente continuou — e continua, por certo — a ter os seus defensores. Ainda recentemente, afirmava Maria Alice Beaumont: «O Conservador de Museu desenvolve a sua potencialidade de elemento social activo profissionalmente em volta de três pólos — objecto/público/comunicação — numa ordenação destes factores que a sua personalidade favorecerá»³². Consequentemente, «o conservador deverá ser um bom diplomata, saber falar em público, exprimir-se em duas outras línguas pelo menos. Ser-lhe-á útil fazer umas fotografias e dominar e utilizar um certo instrumental técnico, incluindo a informática. Mas também deve saber imaginar uma exposição, escolher cores, materiais, equipamentos, conceber e realizar um catálogo, organizar actividades. Espera-se dele que seja um «expert» em alguma matéria senão em várias»³³.

Entreteanto, à medida que o museu passou a estar menos voltado para si próprio e mais voltado para o público — outra das tendências das últimas décadas —, começou igualmente a dedicar-se mais atenção ao *papel educativo dos museus*. Além de encontros, seminários, conferências e jornadas, sobre o assunto — no âmbito do ICOM, nuns casos, ou promovidos por alguns países, a nível nacional, noutros —, uma literatura, já relativamente vasta, tem vindo a ser-lhe dedicada³⁴.

Foram diversos os motivos que contribuíram para este reabilitar do museu, como *espaço* ou *recurso educativo*, também por vezes designado como «meio didáctico» ou mesmo como «educador». Recordo, ainda que sumariamente, as razões principais:

- *De ordem científica*. Estas relacionam-se com o progresso de ciências como a psicologia (do desenvolvimento, do ensino e da aprendizagem), a história (ao debruçar-se sobre novos

³¹ Decreto n.º 45 351, de 13 de Novembro de 1963 (*Diário do Governo*, I série, n.º 266, de 13 de Novembro de 1963, p. 1727).

³² MARIA ALICE BEAUMONT, «Conservador de museu: profissão-vocação», *Museu*, IV série, n.º 4, 1995, p. 25.

³³ MARIA ALICE BEAUMONT, *idem*, p. 27.

³⁴ Entre outras, chamamos a atenção para os seguintes trabalhos, sobre museus e educação: T. K. BIWAS, *Museu and education*, 1996; C. DUFRESNE-TASSÉ (ed.), *Évaluation et éducation muséale*, 1998; *La investigación del educador de museos*, Barcelona, 1988; MADALENA CARDOSO DA COSTA, *Museus e educação*, 1996; MOLLY HARRISON, *L'éducation et les musées*, 1948-49; MARIA IMMACULADA PASTOR HOURS,

objectos de estudo e ao lançar mão de diversos tipos de fontes, inclusive materiais e iconográficas) e a etnologia (ao chamar a atenção para a importância dos objectos produzidos e utilizados pelo homem).

- *De ordem pedagógica.* Com a difusão da ideia de educação permanente e para todos e não apenas para um determinado grupo etário, enquanto frequenta a escola³⁵.
- *De ordem didáctica.* Ao reconhecerem-se as vantagens da análise dos objectos e da respectiva tridimensionalidade, no processo de ensino-aprendizagem, bem como da diversificação de métodos, processos e estratégias educativas, consoante as circunstâncias e os indivíduos em presença.
- *De ordem tecnológica e civilizacional.* Entre muitas outras designações, tem-se apelidado a civilização actual como «civilização da imagem». O extraordinário desenvolvimento das *novas tecnologias*, nos últimos anos, tem colocado à disposição das instituições museológicas poderosos meios de comunicação e, inclusive, de valorização dos respectivos acervos patrimoniais. Com o auxílio daquelas, tem sido possível transformar muitos museus de «armazéns» de coleções — num passado ainda não muito longínquo — em centros que são, simultaneamente, de educação e de lazer, de experimentação e de estudo, de sociabilidade e até de espectáculos.

As transformações que têm vindo a operar-se têm induzido, logicamente, a repensar as funções dos museus, neste novo contexto social e científico-pedagógico. Por outro lado, tem vindo a tornar-se imperioso, também, reequacionar a dinâmica organizativa dos mu-

El museo y la educación, Barcelona, 1992; *I Encontro sobre museologia e educação*, 1995; ALMA S. WITTLIN, *The Museum. Its history and its tasks in education*, 1949. Além de artigos vários publicados noutras revistas acerca da função educativa dos museus, recordam-se os seguintes, vindos a lume na revista *Museum*, editada pela UNESCO: FRANS SCHOUTEN, «L'éducation dans les musées: un défi permanent», 156, 1987, pp. 240-243; MASAHICO YAMAGUCHI, «Education et information au Musée National de Tokyo», n.º 155 (n.º 3), 1987, pp. 152-156; TAGE H. HANSEN, «Le rôle éducatif du musée», 144, 1984, pp. 176-183; JUAN GÓMEZ MILLAS, «Musée et éducation permanente», vol. XXV, n.º 3, 1973, pp. 157-164. Na bibliografia, insere no final do artigo, referir-se-ão outros estudos acerca da referida temática.

³⁵ KENNETH HUDSON, *Museums for the 1980s. A survey of world trends*, Paris, UNESCO, 1977, pp. 93-98.

seus, em termos de recursos — humanos, financeiros e técnicos —, de estrutura funcional e de acções a desenvolver, no desempenho cabal daquilo que, hoje, lhes é pedido. Assim, têm vindo a ser criados — ou, no caso de já existirem, reestruturados e ampliados — serviços/departamentos educativos em diversos museus. Aos ainda tímidos «serviços de extensão escolar»³⁶ tradicionais — que, como se disse já, remontam, em Portugal, aos anos 1930 —, tem-se procurado criar, especialmente em certos países, como nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e no Japão, entre outros, departamentos ou secções exclusivamente dedicados à educação pelos museus.

Como estratégias fundamentais têm vindo a adoptar-se as seguintes: tentativas para «atingir» toda a população, individualmente ou em grupo (não só escolares com familiares, pertencentes a associações, etc.); orientação e adequação das actividades oferecidas pelos museus aos potenciais visitantes, através do estudo dos interesses, das motivações e das impressões destes; a produção de materiais adaptados aos diversos segmentos de público.

Não obstante os progressos alcançados, neste domínio, em muitos museus, noutros continuam a verificar-se carências, tanto do ponto de vista administrativo como humano e financeiro.

No que a Portugal mais especificamente diz respeito, já em meados dos anos 1960 se prestava alguma atenção ao assunto. Efectivamente, no preâmbulo do Regulamento dos Museus de Arte, História e Arqueologia, pode ler-se, a propósito: «Mas o segundo fim de um museu, tão essencial como o primeiro [conservação das obras de arte], consiste em expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras que nele são conservadas, o que significa que os museus de arqueologia e belas-artes devem desempenhar uma missão científica e artística ao mesmo tempo que uma *missão educativa e social*. Se o museu não for mais do que uma instituição com *finalidade conservadora*, poderá então considerar-se uma necrópole». E acrescentava-se, contextualizando-se historicamente a nova tendência: «Só depois da primeira guerra, sob a influência do modelo americano, o papel educativo e social dos museus foi ganhando verdadeiro sentido. Em quase todos os países da Europa se iniciaram movimentos tendentes a atrair às salas de exposição as camadas

³⁶ MADALENA CABRAL, *Serviços de extensão escolar e a formação de monitores. Comunicação apresentada à 3.ª Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Porto - Setembro de 1962*, Porto, 1963.

populares e escolares para lhes formar o gosto e lhes proporcionar educação artística»³⁷. Como se verifica pela passagem transcrita, a função pedagógica dos museus colocava a tónica na «educação artística». Posteriormente, algumas medidas foram tomadas, mas estas deveram-se quase sempre às direcções dos próprios museus, nem sempre devidamente apoiadas, do ponto de vista legislativo e institucional. Para além da escassez de recursos e da própria orgânica dos respectivos quadros de pessoal, uma das limitações provinha — e, em parte, mantêm-se, hoje em dia — da falta de pessoal especializado. Ao invés do que se verifica com a profissão/carreira de *conservador de museu*, não existe ainda, em Portugal, a profissão de *educador de museu*, a qual muito poderia contribuir para maximizar o papel educativo dos museus. Apenas um meio passo foi dado com a regulamentação da categoria de *monitor* (1980), reforçando o que já se vinha fazendo no MNAA desde 1953. Tratava-se de uma carreira técnico-profissional, cuja função era assim especificada no diploma legislativo que a criou: «O monitor colabora na acção cultural do museu, exercendo, junto do público, funções de educação, animação e formação»³⁸.

Independentemente da avaliação do desempenho dos referidos técnicos — que, como é óbvio, não podemos aqui considerar —, a sua formação revelava-se insuficiente, dadas as expectativas que tinham vindo a criar-se sobre o papel a desempenhar pelos museus na educação. Com efeito, consta do Decreto-Lei n.º 45/80 (de 20 de Março): «O recrutamento de monitores estagiários far-se-á, mediante concurso documental, de entre indivíduos habilitados com o curso complementar dos liceus ou habilitação equivalente e formação técnico-profissional complementar adequada, com a duração mínima de dois anos».

Ao exigir-se, apenas, o diploma do ensino secundário e um estágio, estava-se automaticamente a estabelecer uma diferença substancial, entre a formação dos conservadores (cuja formação de base era a licenciatura) e dos referidos monitores.

Em suma: apesar de alguns esforços efectuados e dos resultados alcançados em certos museus, quer nacionais — como o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Soares dos Reis ou o Museu Monográfico de Conímbriga, entre outros, como os de

³⁷ Decreto-Lei n.º 46 758, de 18 de Dezembro de 1965.

³⁸ Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março, *Diário da República*, I série, n.º 67, de 20 de Março de 1980.

Setúbal ou do Seixal —, há ainda um longo caminho a percorrer. Isto não obstante se ter transitado do «serviço educativo» no museu para o «Serviço de Educação» que é o Museu em Portugal, assunto estudado, com certo detalhe, por Madalena Cardoso da Costa ³⁹.

4. O museu como educador: desafios do presente com vista ao futuro

A *função educativa* dos museus é hoje não só geralmente aceite como considerada da maior relevância, entre as suas finalidades. Olly Harrison, por exemplo, afirma: «Tudo o que se faz num museu tem valor educativo, mesmo na ausência de toda a intenção deliberada. A maneira de apresentar os objectos, o espírito que preside à sua preparação, a amabilidade e a convicção do pessoal ao serviço do público, a qualidade estética das instalações e do material, a apresentação gráfica assim como o texto das publicações — tudo isso pode exercer uma influência positiva e contribuir para a educação tanto como os serviços cuja função é esclarecer o público. Certas actividades dos museus são, no entanto, expressamente educativas e é um pessoal especializado, recrutado para esse fim, que está mais apto a exercê-las» ⁴⁰. Por outras palavras, «a museologia concentra a sua atenção no *homem*, como protagonista do «acto» museístico» ⁴¹.

Como já se referiu, foram vários os factores que contribuíram para esta centralização do papel educativo dos museus. Todavia, deve destacar-se, inquestionavelmente, a evolução do próprio conceito de educação. Num passado ainda próximo — sensivelmente até às primeiras décadas do século XX —, constatava-se a tendência para identificar educação com instrução, privilegiando-se, no processo de ensino-aprendizagem, a transmissão e aquisição de conhecimentos. Relevante era, por isso, a informação factual. Hoje, como recorda Kenneth Hudson, «aquela perspectiva considera-se totalmente inadequada e um factor que grande número das filosofias da educação têm em comum é a insistência no facto de a educação dizer respeito ao desenvolvimento e crescimento da pessoa como um todo, pelo que a aquisição e ordenação dos factos é apenas parte

³⁹ MADALENA CARDOSO DA COSTA, *op. cit.*, pp. 291-340.

⁴⁰ M. HARRISSON, *op. cit.*, p. 2.

⁴¹ ROSA ESTIVILL *et al.*, «La investigación del educador de museos», *La investigación del educador de museos*, p. 65 (sublinhado meu).

de um processo total»⁴². A participação do próprio educando desempenha, neste processo, um papel fulcral⁴³. Segundo este ponto de vista, em geral também partilhado pelos especialistas das diversas ciências da educação, e escola e a *educação formal* por ela ministrada tornaram-se insuficientes, pelo que a *educação informal*, do género da que é assegurada pelas instituições museológicas, tem vindo a adquirir uma importância redobrada. Este tipo de educação processa-se de forma menos sistematizada, em qualquer altura da vida do indivíduo e em variados lugares e circunstâncias e, ao contrário do que por vezes se passa com a educação formal, é desejada e procurada, voluntariamente, pelo próprio interessado⁴⁴. Isto não significa, obviamente, que a educação informal e, bem entendido, a educação pelos museus não deva merecer atenção, estudo e mesmo investigação. Para isso, tornam-se imprescindíveis recursos, de diversa ordem, sem esquecer os humanos, sempre essenciais em qualquer ramo de actividade.

4.1. *Enquadramento administrativo e infra-estruturas*

Em muitos museus tem vindo a criar-se um novo departamento ou secção, exactamente dedicado à educação. Entre as suas finalidades, para além de garantir a ligação do museu com o público, destacam-se ainda as seguintes: efectuar estudos sobre os públicos dos museus, efectivos ou potenciais; produzir materiais; delinear e levar a cabo acções culturais e educativas; e, ainda, coordenar a elaboração ou aquisição dos materiais adequados às respectivas finalidades. Para o efeito torna-se necessário disponibilizar meios financeiros e materiais, designadamente salas apropriadas, laboratórios, oficinas, biblioteca, arquivo, etc. Naturalmente que também se deve recorrer aos meios didácticos que a tecnologia vai disponibilizando, desde os audiovisuais aos informáticos, passando por equipamentos, sempre que possível aptos a funcionar, particularmente se se tratar de museus da ciência, da técnica ou da indústria.

Em alguns grandes museus, o mesmo departamento concentra as funções de educação e de informação, ocupando, por vezes, um

⁴² K. HUDSON, *op. cit.*, p. 94.

⁴³ K. HUDSON, *op. cit.*, pp. 95-98. Ver também JOHN DEWEY, *Experience and Education*, Nova York, The MacMillan Company, 1939.

⁴⁴ H. L. ZETTERBEG, *op. cit.*, pp. 18-21.

número razoável de pessoas nessas funções. Assim sucede, por exemplo, no Museu Nacional de Tóquio, cujas actividades educativas se revestem de varaidas formas: conferências mensais, visitas comentadas a certas partes das colecções, cursos de verão, exposições itinerantes e seminários⁴⁵. No referido museu japonês, existe ainda uma sala-laboratório, situada estrategicamente em local bastante visível e acessível aos visitantes, onde se encontram educadores, especialistas em diversas áreas das ciências, disponíveis a solucionar qualquer problema suscitado ao visitante, ao longo da sua visita. Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa que, pelo seu interesse e utilidade, devia estar mais divulgada nos museus.

4.2. *Formação, funções e estatuto do educador de museu*

Em diversos museus, com já foi referido, ao conservador de museu continua a exigir-se que desempenhe múltiplas funções, entre as quais a de *educador*. Todavia, como já foi salientado, «os conservadores de museus, inclusive devido à sua própria formação, preferem geralmente o seu trabalho científico ao tipo de apresentação destinado ao grande público»⁴⁶. Por isso mesmo, pelos anos 1970 começou a desenvolver-se uma nova categoria profissional, nos museus, especificamente relacionada com a educação. Reportando-se à Inglaterra, escreveu E. Hooper-Greenhill: «Por meados dos anos 1970 uma actividade profissional começou a emergir. Dez anos depois, tinha-se consolidado de tal modo que se tornou o mais activo de todos os grupos especializados do «staff» dos museus. Em 1983 encontravam-se 362 profissionais colocados em 154 museus»⁴⁷.

Em Portugal, fizemos já referência à inovação do MNAA — desde os anos 1930 —, iniciada por João Couto, mais tarde continuada por Madalena Cabral. Nos inícios dos anos 1970, o Serviço Educativo do MNAA exercia três tipos de actividades: a) formação de monitores; b) colaboração com as escolas; c) colaboração com os professores⁴⁸.

Todavia, com a transformação do serviço educativo dos museus e a transformação destes em instituições educativas — o chamado «museu educador» —, também os respectivos serviços

⁴⁵ M. YAMAGUCHI, *op. cit.*, p. 153.

⁴⁶ GER VAN WENGEN, *op. cit.*, p. 149.

⁴⁷ E. HOOPER-GREEHILL, *op. cit.*, p. 60.

⁴⁸ *Museus, porquê?* Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1972, p. inum.

devem ser remodelados e ampliados, ao mesmo tempo que urge repensar a formação dos quadros para o exercício dessas funções.

O *educador de museu* — categoria profissional que convirá institucionalizar e dignificar, colocando-a ao nível da do próprio conservador — deverá ter formação adequada, em quatro vertentes essenciais: domínio científico de base (ao nível da licenciatura), museologia, museografia e ciências da educação. Só assim poderá exercer competentemente a sua missão, muito exigente, como afirmam diversos autores. Para E. Hooper-Greehill, o «educador ideal» de museu devia reunir os seguintes pré-requisitos e atributos:

- a) experiência de ensino, na educação básica, secundária e da comunidade ⁴⁹;
- b) conhecimento aprofundado das próprias colecções do museu;
- c) qualificação em estudos museológicos e experiência de trabalho em museu;
- d) ser um comunicador fluente com competência em todos os «media», incluindo meios audiovisuais e em exposições;
- e) ter facilidade em trabalhar com objectos;
- f) ser um excelente gestor;
- g) estar preparado para trabalhar em horas para além do habitual;
- h) estar apto a trabalhar com diferentes especialistas.

E conclui a autora: «Na prática o «staff» de educação começará com uma selecção destes atributos e acabará por descobrir muitos outros, à medida que o tempo for decorrendo» ⁵⁰.

Em suma: o *educador de museu*, além de dever conhecer a matéria relacionada com as colecções e/ou os objectos e a própria instuição museológica na qual exerce funções, deverá igualmente saber comunicar, dominar as técnicas pedagógicas e didácticas,

⁴⁹ Adaptámos a tradução à realidade portuguesa pois a autora fala de «primary, secondary, tertiary and community education» (*op. cit.*, p. 81).

⁵⁰ E. HOOPER-GREEHILL, *op. cit.*, p. 81. Por sua vez, FRANS SCHOUTEN sublinha que um educador de museu deve dispor de conhecimentos desenvolvidos no que concerne: a) ao desenvolvimento humano; b) à teoria da comunicação; c) ao tratamento da informação; d) à natureza da aprendizagem não verbal; e) à dinâmica de grupo; g) e às relações humanas (FRANS SCHOUTEN, «L'éducation dans les musées: un déficit permanent», *Museum*, 156, 1987, p. 241).

possuir alguns conhecimentos de relações humanas e ainda conhecer os tipos de público a que tem que dirigir-se e para cuja educação deverá contribuir, com a maior eficiência e qualidade possíveis. A evolução recente da museologia e da museografia induziu a constituição de equipas mais diversificadas, da qual fazem parte, além do conservador, entre outros, o educador e o «designer»⁵¹.

O aparecimento e/ou o desenvolvimento de novas profissões, no âmbito dos espaços museológicos, exige que se lancem medidas adequadas para a sua formação. Os modelos tradicionais, essencialmente voltados para a formação de conservadores, bem como o modelo, mais recente, de museólogos «generalistas», parecem-nos insuficientes. Há toda uma reflexão a efectuar, sobre a formação inicial, ao nível da licenciatura, e/ou acerca de cursos pós-graduação ou de mestrado que, felizmente, já vão sendo assegurados por algumas Universidades portuguesas⁵².

Independentemente de outras medidas, mais estruturadas e profundas, que futuramente venham a ser retomadas, nesta matéria, poder-se-iam recrutar futuros educadores de museus entre docentes profissionalizados e com experiência em, pelo menos, um dos graus de ensino, ministrando-lhes formação complementar adequada. Como formação de base, nos domínios científico e pedagógico, completada por uma formação museológica e museográfica, estariam, em princípio, em boas condições para alcançarem um nível de excelência como educadores de museus.

Conclusão

Do que se expôs, pode inferir-se que os museus, como instituições polivalentes que são, têm vindo a registar um excepcional desenvolvimento — quantitativo e qualitativo — nas últimas décadas. Contudo, salvo algumas excepções, tem havido um enorme défice

⁵¹ GAIL DURBIN (ed.), *Developing museum exhibitio for lifelong learning*, 2.^a imp., Londres, Museums & Galleries Commission/The Stationery Office, 1999, p. 10.

⁵² Na Faculdade de Letras do Porto é assegurado um curso de pós-graduação em Museologia, enquanto na Faculdade de Letras de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa e na Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, são ministrados cursos de Mestrado, na área da museologia e do património. Mais recentemente, foi também criado um curso de Mestrado em Museologia, a ministrar pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

na formação de quadros capazes de responderem aos novos desafios que, dia-a-dia, são lançados à realidade museológica. Grande parte da formação tradicional — ministrada aos conservadores — orientava-se fundamentalmente para os acervos patrimoniais (colecções ou objectos) dos museus. Todavia, sem descurar estes importantes espólios — que constituem legado cultural da maior relevância, a transmitir, se possível de forma revalorizada, aos vindouros —, há que pensar mais no verdadeiro e único destinatário do museu, que é o *Homem*, cuja educação deve constituir a priori das prioridades.

JOSÉ AMADO MENDES

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Emily Vargas (1984), «Les musées et l'éducation pour ordinateur», n.º 144, 218-222.
- AGREN, Per uno (1995), «Museus, educação e política cultural», *I Encontro sobre museologia e educação*. Novembro, 1995, Câmara Municipal de Setúbal/Museus Municipais, pp. 11-26.
- ALONSO FERNÁNDEZ, Luis (1993), *Museologia. Introducción a la teoría y práctica del museo*, Madrid, Ed. Istmo.
- AYKAÇ, Ahmet (1989), «Éléments d'une analyse économique des musées», *Museum*, n.º 162 (n.º 2), pp. 84-87.
- ALMEIDA-MORO (1989), «Un écomusée près d'une centrale hydroélectrique», *Museum*, n.º 161 (n.º 1), pp. 54-59.
- ANDERSON, David (1989), «Learning history in Museums», *The International Journal of Museum Management and Curatorship*, 8, pp. 357-368.
- BEAUMONT, Maria Alice (1995), «Conservador de Museu: profissão-vocação», *Museu*, IV série, n.º 4, pp. 25-28.
- BENOIST, Luc (1960), *Musées et muséologie*, col. «Que sais-je?», n.º 904, Paris, PUF.
- BIWAS, T. K. (1996), *Museum and education*, Londres, New Age International Ltd. Publishers.

- BUCAILLE, Richard e PEREZ, Jean Marie (1989), «Cultura material», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 16: *Homo. Domesticação.Cultura*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-47.
- CABRAL, Madalena (1963), *Serviços de extensão escolar e a formação de monitores. Comunicação apresentada à 3.ª Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Porto - Setembro 1962*, Porto. (Também publicada em *Museum*, 2.ª série, n.º 5, Agosto de 1963, pp. 91-92).
- CABRAL, Maria Teresa (1963), «Serviço educativo do Museu Nacional de Soares dos Reis», *Museu*, 2.ª série, n.º 5, pp. 89-90.
- COELHO, Maria da Conceição Pires (1996), Da origem dos museus, do seu conteúdo, arquitectura e livre acesso», *Brotéria*, vol. 142, 3, pp. 365-371.
- COELHO, Maria da Conceição Pires (1996), «Da arquitectura moderna e de vanguarda de alguns notáveis museus da costa atlântica dos Estados Unidos e dos seus arquitectos», *Brotéria*, vol. 142, 5/6, pp. 587-600.
- COSSONS, Neil (1980), «Ironbridge: le musée dans le vallée», *Museum*, vol. XXXII, n.º 3, pp. 138-143.
- COSTA, Maria Madalena Gagean Formigal Cardoso da (1996), *Museus e educação – Contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*, Coimbra (Diss. de Mestrado, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, mimeog.).
- COUTO, João (1961), «Extensão escolar dos museus», *Museum*, 2.ª série, n.º 2, pp. 47-52.
- COUTO, João (1965), «Curso de Museologia (III)», *O Ocidente*, vol. LXVIII, n.º 323, pp. 162-169.
- COUTO, João (1963), «Pessoas que me formaram e que conheci», *O Ocidente*, vol. LXIV, n.ºs 297 a 302, pp. 179-180.
- DIAS, Jorge (1964), *Museu nacional e museus regionais de etnografia*, «Cadernos de Etnografia», 1, Barcelos, Museu Regional de Cerâmica.
- DRAKE, C. S. (1992), «Les musées dans la communauté: une ressource pédagogique», n.º 174 (n.º 2), pp. 96-99.
- DUARTE, Ana (1993), *Educação patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*, Lisboa, Texto Editora.
- DUFRESNE TASSÉ, (ed.), (1998), *Évaluation et éducation muséal*, Paris, ICOM/CECA.

- DURBIN, Gail (ed.), (1999), *Developing museum exhibition for lifelong learning*, 2.^a imp., Londres, Museums & Galleries Commission/The Stationery Office.
- Encontro (I) sobre museologia e educação* (1995), Setúbal, Câmara Municipal/Museus Municipais.
- ESTIVILL, Rosa *et al.* (1988), «La investigation del educador de Museus», *La Investigación del educador de Museus. Conferência ICOM/CECA' 85*, Ajuntamento de Barcelona, pp. 65-77.
- GABUS, Jean (1969), «Le musée dans l'entreprise», v. XXII, n.º 2, pp. 109-116.
- FINLAY, Ian e JONES, Gwyn (1970/74), «Tradition et progrès: la révolution museologique», *Museum*, vol. XXIII, n.º 2, pp. 95-98.
- GARCIA BLANCO, Ángela (1988), *Didáctica del museo. El descubrimiento de los objetos*, Madrid, Ediciones de la Torre.
- GLASER, Jane R. (1987), «Les études de muséologie aux États-Unis: un long chemin parcouru», *Museum*, 156, pp. 268-274.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1979), *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX*, Coimbra, Museu Nacional da Ciência e da Técnica. Sep. das *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica* (1979), Coimbra.
- GÓMEZ MILLAS, Juan (1973), «Musée et éducation permanente», vol. XXV, n.º 3, pp. 157-164.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1993), «A evolução dos museus regionais portugueses. Tentativa de caracterização», Maria da Conceição Rodrigues (coord.), *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, vol. II, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1980), *Da I Exposição Distrital à organização do Museu Machado de Castro*, Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.
- GUERREIRO, Glória Nunes Riso (1963), «O serviço educativo dos museus. Os museus e o ensino secundário», *Museu*, 2.^a série, n.º 5, pp. 102-107.
- HAHN, Till (1991), «L'amour du verre», *Museum*, n.º 172 (n.º 4), pp. 202-205.
- HANSEN, Tage H. (1984), «Le rôle éducatif du musée», 144, pp. 176-183.
- HARRISON, Molly (1948-49), *L'éducation et les musées. Conseils pratiques*, Paris, UNESCO.
- HEIN, George E. (1998), *Learning in the museum*, Londres-Nova Iorque, Routledge.

- HENRIQUES, Fernando M. A. (1991), «Conservação do património histórico edificado», *Ingenium*, n.º , pp. 39-54.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (1998), *El museo como espacio de comunicación*, Gijon Asturias, Ed. Trea.
- HERREMAN, Yani (1986), «La vulgarisation scientifique et technologique», n.º 150, pp. 67-69.
- HOOPER-GREENHILL (1998), *Museum and gallery education*, reimp., Londres-Washington, Leicester University Press.
- HUDSON, Kenneth (1977), *Museums for the 1980s. A survey of world trends*, Paris, UNESCO.
- LARRAURI, Iker (1975), «Le Programme des musées scolaires au Mexique», vol. XXVII, n.º 2, pp. 61-69.
- LEWIS, Geoffrey (1987), «Les musées, la profession muséale et l'université», n.º 156, pp. 255-258.
- MAKAGIANISAR, Makaminan (1984), «Musées d'aujourd'hui et de demain: une mission culturelle et éducative», *Museums*, n.º 141, pp. 3-7.
- MARION, Marie-Odile (1992), «Le musée-école. Une expérience au Mexique», *Museum*, vol. 175 (n.º 3), pp. 142-145.
- MENDES, José M. Amado (1994), «Património e museologia no ensino da história», *Beira Alta*, vol. LIII, fascs. 1 e 2, pp. 121-129.
- MENDES, José M. Amado (1984), «Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX», *O Instituto*, vol. CXXXIX, pp. 35-55.
- MENDES, José M. Amado (1998), «As Exposições como «Festas da Civilização»: Portugal nas Exposições Internacionais (séculos XIX-XX)», *Gestão e Desenvolvimento*, 7, pp. 249-273.
- MENDES, José M. A. (1993), «Exposições Universais na Europa (1851-1900): dinâmica de uma cultura científica e material», *Munda*, 25, pp. 5-15.
- Musée (Le) et l'enfant* (1979), vol. XXXI, n.º 3.
- Museus, porquê?* (1972), Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga.
- NABAIS, António José (1984), «Le Musée municipal de Seixal: une écomusée de développement», vol. XXXVI, n.º 142, pp. 71-74.
- NABAIS, António José C. Maia (1993), «Museus na actualidade», Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord.), Lisboa, Universidade Aberta, pp. 63-73.

- NABAIS, António José C. (1993), «Museus de região», Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord.), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 257-266.
- NOVAES, Lourdes Rego (1989), «L'action éducative: une préoccupation», *Museum*, n.º 161 (n.º 1), pp. 42-44.
- PASTOR HOMS, Inmaculada (1992), *El museo y la educación*, Barcelona, Ed. CECA.
- PEARCE, Susan (ed.), (1996), *Exploring sciences in museums*, Londres, Athlone.
- PEIXOTO, Rocha (1890), «Museus regionais», *Revista de Portugal*, vol. III, n.º 14. Também reimpresso em ROCHA PEIXOTO (1972), *Obras*, vol. II: *Museu Municipal do Porto. Ensino. Política. Ensaaios diversos*, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, pp. 241-249.
- PITT-RIVERS, Julian (1980), «Refléxions sur le concept de musée à propos d'interdisciplinarité», vol. XXXII, n.º 1/2, pp. 4-8.
- ROBERT, Adèle (1989), « Les enfants n'aiment pas les musées? Venez donc visiter l'Inventorium da la Cité des Sciences et da l'Industrie de Paris!», *Museum*, n.º 162 (n.º 2), pp. 72-77.
- SCHOUTEN, Frans (1987), «L'éducation dans les musées: un défi permanent», 156, pp. 240-243.
- SIBANDA, Doreen J. (1988), «Les programmes éducatifs de la National Gallery du Zimbabwe», n.º 158, pp. 103-106.
- SILVER, Adèle Z. (1973), «La nouvelle aile consacré aux activités éduvatives. Musée d'art de Cleveland», *Museum*, vol. XXXV, n.º 4, pp. 229-241.
- SIMARD, Cyril (1991), «Économuséologie»: un neologisme... payant», *Museum*, n.º 172, (n.º 4), pp. 230-233.
- SOUSA, Francisco de Almeida e (1985), «O Porto já teve o seu Museu Industrial e comercial», *O Tripeiro*, 7.ª série, ano XII, n.º 2, pp. 34-38.
- TAYLOR, Walter W. (1970/71), «Les musées et l'éducation», vol. XXIII, n.º 2 (*Museums of the United Kingdom and North Ireland*).
- TEIXEIRA, Madalena Braz (1991), «Les musées et les femmes au Portugal: brève histoire d'une relation florissante», n.º 171, n.º 3 (*Les musées au féminin*), pp. 126-128.
- TIRADO, F. e BUSTOS, A. (1998), «Desarrollo de estructuras cognitivas para el aprendizaje de la historia, a partir de un programa computarizado y la visita a museos», Colette Dufresne-Tassé (ed.), *Évaluation et éducation muséale: nouvelles tendances*, Montréal, ICOM/CECA, 1998, pp. 99-110.

- TRINDADE, Rui (1992), «Os Museus da Ciência e as Indústrias Culturais», *Boletim* (Universidade do Porto), II, n.º 14-15, pp. 37-39.
- TUDOROW, Maria Fossi (1976), «Le Service éducatif de la Galerie des Offices, Florence», *Museum*, vol. XXVII, n.º 4, pp. 217-231.
- VIANA, Teresa Pereira (1992), «Universidade, os Museus e o Porto», *Boletim* (Universidade do Porto), II, n.º 14-15, pp. 5-10.
- WITTLIN, Alma S. (1994), *The Museum. Its history and its tasks in education*, Londres, Routledge e Kegan Paul.
- Y. (1897), «Museus», *O Seculo*, de 25 de Novembro de 1897, *apud O Archeologo Português*, vol. III, pp. 279-280.
- YAMAGUCHI, Masahiko (1987), «Éducation et information au Musée National de Tokyo», n.º 155 (n.º 3), pp. 152-156.
- ZETTERBERG, Hans L. (1969), *Museums and adult education*, Nova Iorque, Augusts M. Kelley Publishers/International Council of Museums.

LEGISLAÇÃO

- Decreto-Lei de 24 de Dezembro de 1883, *Collecção oficial da legislação portuguesa. Anno de 1883* (1884), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, *Colecção de legislação portuguesa publicada no ano de 1932* (1940), Lisboa, Imprensa Nacional. (Também publicado no *Diário do Governo*, I série, n.º 56, de 7 de Março de 1932, pp. 431-436).
- Decreto-Lei n.º 45 351, de 13 de Novembro de 1963, *Diário do Governo* (1963), I série, n.º 266, de 13 de Novembro.
- Decreto-Lei n.º 46 758, de 18 de Dezembro de 1965, *Colecção oficial de legislação portuguesa.1965* (2.º semestre) (1970), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março de 1980, *Diário da República* (1980), I série, n.º 67, de 20 de Março.